

Premissas normativas para construção da política de catalogação em RDA¹

Premises normative for the political construction of cataloging in RDA

Cleide Vieira de Faria

Mestre em Gestão e Organização do Conhecimento (2018), Especialização em Gestão Estratégica da Informação (2010) e Bacharel em Biblioteconomia (2004) pela Escola Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. É Bibliotecária-Documentalista, desde (2008) e exerce a função de coordenação da Biblioteca Central da Universidade Federal de Minas Gerais.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6539667069918494>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4472-9429>

E-mail: cleidevf@gmail.com

Cíntia Azevedo Lourenço

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais em 2005, Mestre em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas em 1998, Bacharel em Biblioteconomia pela PUC de Campinas. Atualmente é Professora Associada na Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisadora participante dos Grupos de Pesquisa: MHTX e RECRI.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8222736336322955>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2172-7300>

E-mail: cal@eci.ufmg.br

Resumo

O estudo objetivou estabelecer premissas normativas como subsídios para a construção da política de catalogação em RDA para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais. Trata-se de um estudo de caso, que usou dados como instrumentos de coleta: pesquisa bibliográfica, questionário e entrevista com grupos focais. Identificou-se que, das regras da RDA pesquisadas, Uso de maiúsculas, Indicação de responsabilidade de obras colaborativas e Elementos essenciais foram as regras apontadas para serem padronizadas na política de catalogação da instituição. A regra Indicação de edição foi considerada sem necessidade de padronização na política de catalogação. E foram consideradas indefinidas as regras Indicação de responsabilidade, Extensão e as regras para categorização de recursos (Tipo de conteúdo, Tipo de suporte e Tipo de mídia). Conclui-se que é necessário que a equipe responsável pela elaboração da política de catalogação tenha experiência na atividade de catalogação, conhecimento da RDA e AACR e capacidade de visualização no catálogo dos benefícios alcançados pelos usuários com a nova norma.

Palavras-chave: Catalogação. Código de Catalogação. Recursos: Descrição e Acesso. RDA. Política de Catalogação.

¹ Relato de experiência que aborda os resultados encontrados na dissertação intitulada “Premissas normativas para construção da política de catalogação em RDA: estudo de caso do Sistema de Bibliotecas da UFMG” – defendida no Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento da Escola Ciência de Informação da UFMG.

Abstract

The study aimed to establish normative premises as subsidies for the construction of the cataloging policy in RDA for the Library System of the Federal University of Minas Gerais. It is a case study, which used as data collection instruments: bibliographic research, questionnaire and interview with focus groups. It was identified that, from the RDA rules researched, the use of capitalization, statement of responsibility for collaborative works and essential elements were the rules pointed out to be standardized in the Institution's cataloging policy. The rule statement of editing was considered without the need for standardization in the cataloging policy. And, the rules of statement of responsibility, extension and the rules for categorization of resources (content type, media type and type of media) were considered indefinite. It is concluded that it is necessary that the team responsible for the elaboration of the cataloging policy has experience in the cataloging activity, knowledge of the RDA and AACR and capacity of visualization in the catalog of the benefits achieved by the users with the new standard.

Keywords: Cataloguing. Cataloging Code. Resource: Description and Access. RDA. Cataloging Policy.

1 Introdução

Resource Description and Access (RDA), tradução Recursos: Descrição e Acesso² (RDA), são normas e orientações para catalogação que padronizam a descrição de dados dos recursos informacionais nos Sistemas de Recuperação de Informação das bibliotecas, arquivos e museus. A nova norma³ foi lançada em 2010, em substituição ao *Anglo-American Cataloguing Rules, second edition revised*, (AACR2R).

Tillett (2016, p.9) explica que a norma “[...] é uma ferramenta baseada na *Web* que foi otimizada para ser usada como um produto on-line”. Além disso, o principal objetivo da RDA é melhorar a forma da representação, bem como repensar o acesso e a recuperação de todos os tipos de recursos informacionais registrados nos catálogos on-line, objetivando atender aos usuários.

No entanto, apesar das vantagens apresentadas pela nova norma, a sua implantação se configura como um desafio, já que, em geral, o processo de implantação envolve: a introdução da RDA para a equipe; a definição das práticas de catalogação locais; as alterações e a atualização no sistema de recuperação da biblioteca; o tratamento da situação dos registros antigos; os custos da assinatura da nova norma; os custos para treinamentos com a equipe e o estabelecimento de documentações e melhores práticas (MERING, 2014).

² Neste artigo, optou-se por traduzir o termo *Resource Description and Access* para Recursos: Descrição e Acesso. A escolha da tradução foi baseada na tradução do professor Antônio Agenor Briquet de Lemos para o livro – Introdução à RDA: um guia básico – da autora Chris Oliver.

³ Optou-se por usar o termo norma em vez de código. A escolha do termo também foi baseada na tradução do professor Antônio Agenor Briquet de Lemos e, ainda, na fala do professor Fernando Modesto – que proferiu palestra para o V Encontro do Sistema de Bibliotecas da UFMG – o qual explica que a RDA “[...] não é um código como nós conhecemos, como o AACR. Acabou aquele modelo de código de AACR. A RDA é uma norma. É outra proposta de concepção” (MODESTO, 2018).

Entre essas providências necessárias para implantação da RDA, autores como El-Sherbini (2013), Mering (2014) e Parent (2014) recomendam a elaboração da política de catalogação. A orientação decorre da configuração de algumas regras da RDA, que permitem opções, escolhas e ainda o julgamento do catalogador, requerendo o estabelecimento de decisões locais sobre as práticas de catalogação.

A política de catalogação é composta de decisões institucionais e técnicas que visam orientar o catalogador em todo o processo de catalogação e, ainda, no processo de transição entre a RDA e os códigos de catalogação anteriores. Nesse aspecto, foi relevante questionar quais são as decisões, institucionais e técnicas, provenientes da norma RDA, que devem constar na política de catalogação.

Diante dessa concepção, o estudo propôs como objetivo geral estabelecer premissas normativas como subsídios para a construção da política de catalogação em RDA para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais (SB/UFMG). E como objetivos específicos: (1) comparar as principais regras de catalogação do AACR2R que tiveram alteração na RDA; (2) identificar junto aos bibliotecários catalogadores da instituição quais das principais regras de catalogação que foram alteradas e propostas na RDA devem ser padronizadas na política de catalogação do SB/UFMG e, por último, (3) apresentar uma proposta das premissas normativas para compor a política de catalogação em RDA do SB/UFMG.

O estudo foi aplicado no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais (SB/UFMG), que ainda não adotou a RDA no processo de catalogação e que também não possui uma política de catalogação como documento formal, organizado e estabelecido, porém adota comunicados para padronizar as decisões e questões institucionais relacionadas à catalogação descritiva. Sobre o SB/UFMG, todas as 25 bibliotecas usam o Software Pergamum como Sistema de Recuperação da Informação e adotam no processo de catalogação o código de catalogação AACR2r (2002) e o formato de intercâmbio MARC 21 (*Machine Readable Cataloguing*).

A Instituição foi escolhida por ser o ambiente de trabalho da pesquisadora, o que possibilitou fácil acesso aos bibliotecários, que foram os sujeitos da pesquisa. Acreditou-se, também, que, devido à relevância da temática, o estudo seria bem acolhido, tanto pela diretoria do SB/UFMG como pelos bibliotecários catalogadores.

2 Referencial teórico

A catalogação com a norma RDA pode perder a consistência. Verifica-se que, embora as regras da RDA forneçam uma estrutura abrangente e relativamente consistente para a catalogação dos registros bibliográficos, a estruturação de algumas regras oferece opções de escolhas, que permitem a sua flexibilização e o julgamento do bibliotecário catalogador no processo de catalogação (MCCUTCHEON, 2012).

Nesse aspecto, tanto El-Sherbini (2013) como Mering (2014) concordam que, conforme foram estruturadas algumas regras da norma RDA, a catalogação pode gerar uma diversidade de práticas que irão necessitar de tomada de decisões locais. Essas decisões poderão ser definidas e registradas na política de catalogação da instituição.

Como exemplo, a RDA não estabelece níveis de descrição para a catalogação nem indica os elementos obrigatórios e os opcionais como no AACR2R. Na nova norma, a regra 0.6 Elementos essenciais estabelece que, além dos elementos considerados essenciais para a descrição dos recursos informacionais de uma obra, expressão, manifestação e item, o catalogador deverá incluir todos os elementos “*core-if*”, que são os elementos necessários, para casos específicos, que diferencia um recurso de outro que tenha identificação similar (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 2016). Ou seja, além dos elementos considerados obrigatórios pela RDA, cada biblioteca terá que compor a sua própria seleção de elementos, os considerados pela instituição necessários para descrição. Dessa forma, essa decisão deve ser estabelecida na política de catalogação da agência catalogadora.

Parent (2014) afirma que a instauração da política de catalogação é essencial para o êxito da implantação da nova norma, principalmente na aplicação das regras de catalogação que abrem precedente para o julgamento do bibliotecário catalogador. O autor relata também que esse aspecto que aparece nas regras da RDA abre precedentes para questionamentos e desacordos por parte da equipe de catalogação.

No entanto, McCutcheon (2012) conta que o desafio encontrado para elaborar a política de catalogação em RDA é a identificação dos tipos de decisões sobre a prática de catalogação com a RDA em todos os casos que são necessários.

Nesse aspecto, Mering (2014, 144, tradução nossa) orienta que “tanto a política de catalogação como as práticas devem ser formuladas com base em testes, discussões e treinamento da equipe”. E [...] “à medida que as decisões locais são tomadas e as práticas são estabelecidas, documentar os motivos das decisões”.

Assim sendo, percebe-se que é uma tarefa complexa identificar as regras de catalogação da RDA que podem ser padronizadas na política de catalogação da instituição e,

ainda, adotar as decisões mais adequadas para a prática de catalogação, em consonância com os objetivos da instituição e considerando os benefícios para os usuários.

3 Metodologia

O estudo realizou três procedimentos para coleta de dados: pesquisa bibliográfica, questionário e entrevistas com grupos focais. A pesquisa foi considerada exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa e com aplicação de estudo de caso no SB/UFMG. Os sujeitos foram os 77 bibliotecários catalogadores que trabalham nas bibliotecas do SB/UFMG. As etapas podem ser observadas a partir da síntese do quadro a seguir:

Quadro 1 – Etapas da aplicação dos instrumentos de coleta de dados

Primeira etapa	
Coleta de dados	Pesquisa bibliográfica
Análise dos dados	Quadro comparativo das regras do AACR2 e RDA.
Segunda etapa	
Coleta de dados	Questionário
Análise dos dados	Análise da segunda etapa – extração das regras que foram mais recomendadas pelos bibliotecários para serem padronizadas na política de catalogação.
Terceira etapa	
Coleta de dados	Entrevista com grupo focal – discussão com os bibliotecários sobre as regras mais indicadas para serem padronizadas na política de catalogação.
Análise dos dados	Análise da terceira etapa.
Análise global com as etapas 2 e 3	
Proposta das premissas normativas para construção da política de catalogação em RDA do SB/UFMG	

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme exposto no Quadro 1, a pesquisa bibliográfica elaborou um quadro comparativo com 22 regras de catalogação do AACR2R que tiveram alteração na RDA. O questionário apresentou 27 questões, sendo 4 para definir o perfil do profissional, 22 sobre as regras da RDA extraídas do quadro comparativo da primeira etapa e 1 questão sobre gestão da implantação. E foram realizados 2 grupos focais. Nos grupos foram abordadas as 7 regras mais indicadas pelos bibliotecários no questionário para serem incluídas na política de catalogação e 1 questão de gestão de implantação.

4 Resultado da análise

A efetivação da primeira etapa, a pesquisa bibliográfica, resultou em um quadro comparativo, que exibiu 22 regras em AACR2R e RDA. As regras comparadas no quadro foram: (I) Regras gerais – Uso dos colchetes; Incorreções de gravação; Abreviaturas; Uso de maiúsculas; Criação de um novo registro; Elementos essenciais para descrição; Fontes de informação; (II) Regras para descrição – Título principal; Indicação de responsabilidade; Indicação de responsabilidade e obras colaborativas; Indicação da edição; Área de publicação; Lugar, editor e data de publicação desconhecidos; Extensão; Páginas não numeradas e o termo "aproximadamente"; Folhas ou páginas de lâminas não numeradas; Categorização de recursos *versus* Designação Geral de Materiais (DGM); (III) Regras para pontos de acesso – Pontos de acesso para pessoas e órgãos corporativos; Designação de relacionamento; Partes das escrituras sagradas e acréscimos; Tratados com mais de três signatários; (IV) Regra para registro do título preferido para compilação de obras – Compilações que não possuem título coletivo.

O quadro apresenta também exemplos da aplicação das regras, incluindo os campos MARC. Esse formato possibilita melhor entendimento das mudanças das regras na RDA, tanto para a pesquisadora como para os sujeitos da pesquisa.

A realização da segunda etapa, aplicação do questionário, resultou na extração das regras apresentadas nos questionários, aquelas que foram as mais indicadas para serem padronizadas na política de catalogação da instituição. Dessa forma, as regras que obtiveram o quantitativo maior de indicações foram: Uso de maiúscula (42 apontamentos); Indicação de responsabilidade (38 apontamentos); Extensão (37 apontamentos); Indicação de edição (33 apontamentos); Pontos de acesso para pessoas e órgãos corporativos (33 apontamentos) e Designação de relacionamento (33 apontamentos). É importante destacar que dessas 6 regras 5 pertencem ao conjunto II – Regras para descrição.

Na aplicação da terceira etapa – entrevista com grupos focais – como resultado identificou-se que, das regras da RDA pesquisadas, Uso de maiúsculas, Indicação de responsabilidade de obras colaborativas e Elementos essenciais de descrição foram as regras apontadas para serem padronizadas na política de catalogação da Instituição. Todas essas regras citadas foram indicadas pelos bibliotecários para serem padronizadas na política de catalogação no questionário e nas entrevistas com os grupos focais.

A regra Indicação de edição foi considerada neste estudo sem necessidade de padronização na política de catalogação da instituição. Esse resultado ocorreu porque, para essa regra, tanto na segunda etapa como na terceira, as opiniões dos bibliotecários foram

unânicos no sentido de não precisar padronizá-la na política, indicando que a regra deve ser seguida conforme orientação da RDA.

E foram consideradas indefinidas as regras Indicação de responsabilidade, Extensão e as regras para categorização de recursos (Tipo de conteúdo; Tipo de suporte e Tipo de mídia). Essas regras foram consideradas indefinidas porque, apesar do resultado do questionário, elas foram indicadas para serem padronizadas na política de catalogação; nas entrevistas com os grupos focais não houve um consenso dos bibliotecários sobre a inclusão ou não delas na política de catalogação. A discordância ocorreu pelos seguintes fatores: não entendimento da regra, não aceitação, apego ao antigo código e resistência à regra da RDA. Tais fatores direcionaram para a necessidade de mais esclarecimentos sobre as regras da RDA.

Ao final, para atingir o objetivo geral, o estudo possibilitou a elaboração da proposta com as premissas normativas para construção da política de catalogação do SB/UFMG. O esboço foi baseado na literatura sobre política de catalogação, política de catalogação em RDA e nos resultados da análise global apresentados neste estudo.

5 Considerações finais

Constatou-se que, para implantar a RDA no processo de catalogação, é aconselhável que a instituição estabeleça a política de catalogação. Para elaborá-la, tanto as decisões adotadas como a escolha das regras da RDA que deverão ser padronizadas no documento devem ser estabelecidas conforme os objetivos da instituição e considerando-se os benefícios para os usuários.

De acordo com o estudo proposto, conclui-se que é necessário que a equipe responsável pela elaboração da política de catalogação tenha experiência na prática de catalogação, conhecimento da RDA e AACR e capacidade de visualização no catálogo sobre os benefícios alcançados pelos usuários com a nova norma. Dessa forma, recomenda-se que, antes de elaborar-se a política de catalogação, fazem-se estudos e treinamentos para a equipe sobre a RDA e AACR. Assim, espera-se que os treinamentos aumentem o conhecimento dos bibliotecários, reduza as suas incertezas e dúvidas, para que a equipe possa ter condições de tomar as decisões apropriadas na política de catalogação, de modo a favorecer a instituição e o usuário.

Referências

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **RDA**: Resource Description and Access. Chicago, 2016. Disponível em: <http://access.rdatoolkit.org/>. Acesso em: 1 set. 2018.

EL-SHERBINI, Magda. **RDA**: strategies for implementation. Chicago: Ala Editions, 2013.

MCCUTCHEON, Sevim. Designing policy for copy cataloging in RDA. **Library Collections, Acquisitions, & Technical Services**, [United Kingdom], v. 36, n. 3-4, p. 69-78, 2012.

MERING, Margaret (ed.). **The RDA workbook**: learning the basics of Resource Description and Access. Santa Barbara, California: Libraries Unlimited, 2014.

OLIVER, Chris. **Introdução à RDA**: um guia básico. Tradução: Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2011.

PARENT, Melissa. Implementing RDA in a time of change: RDA and system migration at RMIT University. **Cataloging and Classification Quarterly**, [United Kingdom], v. 52, n. 6-7, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/01639374.2014.889058>. Acesso em: 17 nov. 2017.

TILLET, Barbara Barnett. RDA, or The Long Journey of the Catalog to the Digital Age. **Italian Journal of Library, Archives, and Information Science**, Itália, v. 7, n. 2, may 2016. DOI: 10.4403/jlis.it-11643. Disponível em: <https://www.jlis.it/article/view/11643>. Acesso em: 10 nov. 2016.

UNIVERSO RDA: conceitos, inovações e perspectivas. Apresentado por Fernando Modesto. Apresentado no evento V Encontro do Sistema de Bibliotecas da UFMG Biblioteca e Inovação & II Ciclo de Formação de Editores 11 a 13 de setembro de 2018. UFMG: 2018. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nEBIB96ubZw&t=8684s>. Acesso em: 13 set. 2018.